

ALEX SARAIVA MENDONÇA

## **EVASÃO ESCOLAR E TRABALHO INFANTIL**

Monografia apresentada à  
Universidade Estadual do Piauí como  
pré-requisito para obtenção do título  
de Graduado em Licenciatura Plena  
em Pedagogia, sob a orientação do  
profº Esp. Antonio Marcos Silva  
Costa

PARNAÍBA-PI  
2009

ALEX SARAIVA MENDONÇA

## **EVASÃO ESCOLAR E TRABALHO INFANTIL**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de *Licenciado Pleno em Pedagogia*, à comissão julgadora da Universidade Estadual do Piauí – Campus de Parnaíba.

Aprovada em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Professor (A)

---

Professor (A)

---

Professor (A)

PARNAÍBA-PI  
2009

A todos os pais e educadores que auxiliam na melhoria da qualidade do ensino e em especial aos meus amigos e familiares que acreditaram na concretização deste sonho.

Agradeço a Deus por ter nos dado a oportunidade de evoluirmos no conhecimento e na espiritualidade e em especial a família pelo incentivo em todos os momentos da minha vida.

»

*“Pensamos em demasia e sentimos pouco.  
Mais que as máquinas, precisamos de  
afeição e doçura”.*

**Charlie Chaplin**

## RESUMO

Atualmente quando falamos em educação há muitas dúvidas, principalmente quando falamos em evasão escolar, muitas questões surgem ao longo do tempo, algumas são respondidas outras ficam sem respostas. O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa de campo para estudo teórico e prático. O recente estudo sobre Evasão Escolar e Trabalho Infantil visa informar quais as possíveis causas da evasão escolar tendo o trabalho infantil um dos principais fatores de processo educacional. Analisa-se de forma crítica o trabalho infantil, como uma das principais causas da evasão escolar, pois crianças deixam de estudar para trabalhar, dessa forma não há tempo para irem à escola. A promulgação da nova Constituição em 1988, afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. O fracasso escolar e conseqüentemente, a evasão escolar e o trabalho infantil, são reflexos de gestões governamentais errôneas e desinteresse por parte de nossos governantes. Essa postura exige profundas mudanças nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Por essa razão, o aprofundamento sobre evasão escolar e trabalho infantil se faz necessário para que haja uma reflexão acerca desta problemática. Pois além dessas sugestões acerca da temática espera-se ainda que hajam mais políticas públicas direcionadas a qualificação dos profissionais que estão envolvidos na educação, precisa-se de projetos e um olhar mais detalhado da sociedade, pois não basta só a escola procurar meios para solucionar o problema da evasão, como também necessitamos que a família entre nessa briga na busca de novos conceitos que auxiliem na compreensão e praticidade desta problemática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Evasão escolar, trabalho infantil, criança e família.

## ABSTRACT

Now when we spoke in education there are many you doubt, mainly when we spoke in escape school, a lot of subjects they appear along the time, some are answered another they are without answers. The present work is the result of a field research for theoretical and practical study. The recent study on School Escape and Infantile Work seeks to inform which the possible causes of the school escape tend the infantile work one of the main factors of educational process. It is analyzed in a critical way the infantile work, as one of the main causes of the school escape, because children stop studying to work, in that way there is not time for they go to the school. The promulgation of the new Constitution in 1988, affirms that the education is right of everybody and to owe of the State and of the family. The school failure and consequently, the school escape and the infantile work, they are reflexes of erroneous government administrations and indifference on the part of our rulers. That posture demands deep changes in the discussions and educational researches in the Brazilian scenery, as well as the subjects of the illiteracy and of the professionals' of the education non valorização expressed in the low remuneration and in the precarious work conditions. For that reason, the development on school escape and infantile work makes himself necessary so that there is a reflection concerning this problematic one. Because besides those suggestions concerning the thematic is waited although there are more addressed public politics the professionals' qualification that are involved in the education, needs projects and a detailed glance of the society, because it only is not enough the school to seek means to solve the problem of the escape, as well as we needed that the family enters in that fight in the search of new concepts that you/they aid in the understanding and practice of this problematic one.

**WORD-KEY:** School escape, infantile work, child and family.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>09</b> |
| <b>CAPÍTULO I.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>1. HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL COMO<br/>CONSEQUENCIA DA EVASÃO ESCOLAR.....</b>        | <b>11</b> |
| <b>CAPÍTULO II.....</b>   | <b>22</b> |
| <b>2. A EVASÃO ESCOLAR E O TRABALHO INFANTIL FUNDAMENTADO<br/>PELOS FATORES EXTERNOS E INTERNOS .....</b> | <b>22</b> |
| <b>2.1.FATORES EXTERNOS .....</b>   | <b>22</b> |
| <b>2.2.FATORES INTERNOS .....</b>   | <b>24</b> |
| <b>CAPÍTULO III.....</b>  | <b>26</b> |
| <b>3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....</b>   | <b>26</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>35</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>36</b> |
| <b>APÊNDICE .....</b>   | <b>37</b> |

## INTRODUÇÃO

O presente estudo acerca do tema Evasão Escolar e Trabalho Infantil tem relevância de acordo com as observações feitas, que a evasão escolar e conseqüentemente o trabalho infantil acontece por dois fatores, os fatores externos e os fatores internos.

Com esse trabalho, teremos a oportunidade de sabermos a real situação da evasão escolar e o trabalho infantil, ou seja, qual a relação entre esses acontecimentos que envolvem a sociedade brasileira como um todo.

Sabemos que a sociedade não tem equidade em torno de seus participantes, dessa forma, algumas pessoas têm dificuldade em se sustentar, algumas dessas famílias acabam deixando seus filhos fora da escola para ajudar na renda familiar.

Esta monografia visa relatar os dados obtidos através da realização de uma pesquisa de campo sobre o tema Evasão escolar e Trabalho infantil, ministrada pelo professor Antonio Marcos Silva Sousa, realizada no primeiro semestre de 2007 a Dezembro de 2008. Foi obrigatório à utilização de alguns procedimentos como: consulta bibliográfica para obtenção de embasamento teórico, análise de documentos coletados durante a pesquisa e a aplicação de 02 questionários fechados, em uma escola da Rede Pública de Ensino Infantil e Fundamental da cidade de Parnaíba-PI, com o objetivo de coletar dados nos últimos dois anos a respeito para analisar as contribuições que o trabalho infantil traz para que haja a evasão escolar.

Estudos desenvolvidos pelo programa social PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), mostram a taxa de participação de menores no trabalho infantil decresce com a escolaridade, sendo maior entre aqueles que nunca freqüentaram a escola do que entre os que têm de um a quatro anos de estudos completos. Todavia, a partir desse ultimo grupo, a taxa de participação cresce com a idade. Em todo o Brasil está se conseguindo, a duras penas, acostumar toda a sociedade com a idéia que lugar de criança é na escola. O trabalho infantil pode atrapalhar a meta de universalizar o acesso à escola. Talvez sejam poucas, de acordo com dados estatísticos, as crianças que abandonem a escola por causa do trabalho. Isso não quer dizer que a situação é menos grave. Uma criança fora da

escola por que tem que trabalhar é fortíssima candidata a trocar os bancos escolares pelo trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante. A escola tem um papel privilegiado em tentar acabar com a evasão escolar e também com o trabalho infantil, em nossa sociedade é um mecanismo fundamental e eficiente na questão da educação do cidadão, transformando-o em um ser participativo, crítico e ético, levando-o a conviver em plena harmonia em uma determinada sociedade, este é um dos grandes desafios que assola o campo educacional no Brasil. Se já são alarmantes estes dados referentes às crianças e jovens evadidas, no ensino regular, o que dizer então quando se trata de quais são as causas que contribuem para o aumento da evasão escolar e a relação que existe com o trabalho infantil na cidade de Parnaíba-PI?

O atual estudo sobre Evasão escolar e Trabalho infantil objetiva investigar a relação que há entre a evasão escolar dos alunos das escolas de ensino infantil e fundamental do município de Parnaíba e a prática do Trabalho Infantil. A escolha do tema justifica-se da importância de se aplicar orientações e desenvolver essas mesmas a respeito das políticas públicas ou medidas que possam servir para evitar a evasão escolar, ou seja, como instrumento de transformação de ações públicas em benefício da sociedade em geral.

Esta monografia esta dividida em três capítulos:

No Capítulo I, abordaremos a História da exploração do trabalho infantil como consequência da evasão escolar; no Capítulo II, a evasão escolar e o trabalho infantil fundamentado pelos fatores externos e internos; no Capítulo III, a análise e discussão da pesquisa de campo onde com os dados tabulados através de gráficos podemos expressar os resultados da pesquisa.

Ao termino do trabalho foram feitas considerações a respeito do resultado da pesquisa, como também sugestões para novas análises e pesquisas futuras.

## CAPÍTULO I

### 1. HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL COMO CONSEQUENCIA DA EVASÃO ESCOLAR

Durante muito tempo, o trabalho infantil no Brasil tem sido tratado ora como consequência da pobreza, ora como solução para amenizar seus efeitos. A sociedade concordava ou aceitava que o ideal para as crianças e adolescentes das camadas sociais menos favorecidas seria aprender uma profissão o quanto antes, de modo a contribuir para a renda familiar e evitar a possibilidade de ingresso na marginalidade. A política educacional, até recentemente ainda muito voltada para a manutenção e privilégios, contribuía para essa situação, ajudando a reproduzir o ciclo de desigualdade social.

Porém, a partir da década de 80, ao surgir um movimento social em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes, esse quadro começa a mudar. A promulgação da *Constituição Federal* de 1988; a adoção, em 1989, da *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança*; a aprovação, em 1990, do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA); os suportes técnico e financeiro do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), somados aos programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) a partir de 1992, acabaram por incluir definitivamente o tema do combate ao trabalho infantil na agenda nacional de políticas sociais e econômicas.

Essas iniciativas deram lugar a um processo de consultas entre diversas entidades governamentais e não governamentais que culminou com a instituição, em novembro de 1994, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). O Fórum foi criado para reunir e articular os mais diversos níveis do poder público e da sociedade envolvidos em políticas e programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil no País. O Fórum tornou-se assim um importante espaço para a discussão do trabalho infantil, tendo enfatizado, principalmente mas não exclusivamente, as situações em que a saúde e a integridade física e moral das crianças se encontram expostas.

Hoje, o Fórum Nacional é integrado por representantes de 43 entidades do Governo Federal, de organizações de empregadores e de trabalhadores, de ONGs,

da Procuradoria Geral da República e do Ministério Público do Trabalho. Desde a sua criação até o momento atual, muito mudou no quadro nacional do trabalho infantil: o Poder Executivo do Governo Federal tomou medidas enérgicas de compromisso que repercutiram positivamente junto a todos os agentes envolvidos com essa questão; o tema do trabalho infantil ganhou maior importância nas agendas de várias instâncias inter-institucionais; e, por fim, emergiu um novo pacto social, altamente favorável à defesa e garantia de direitos civis e sociais das crianças e adolescentes.

O fato do Brasil ter adotado uma legislação avançada de proteção e garantia integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, em sintonia com as normas internacionais, também contribuiu para este processo.

De acordo com a legislação nacional, trabalho infantil é aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade. No entanto, é permitido o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz. Aos Adolescentes de 16 a 18 anos está proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas; de trabalho noturno; de trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas; e, ainda, de trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social.

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei Nº 8069/90) promoveu mudanças de conteúdo, método e gestão no panorama legal e nas políticas públicas que tratam dos direitos da criança e do adolescente, constituindo-se num novo mecanismo de proteção. Também criou um sistema abrangente e capilar de defesa de direitos, inclusive no que se refere ao trabalho.

A criação de Conselhos Tutelares, de Conselhos de Direitos municipais e estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) trouxe inovações no tratamento da questão de direitos, pois decorrem da descentralização político-administrativa e da participação de organizações da sociedade na formulação e co-gestão de políticas e propostas para atender a crianças e adolescentes.

A partir daí o trabalho infantil tornou-se uma questão de garantia e defesa de direitos e passou a ser responsabilidade de toda a sociedade. A adoção de leis e a atuação da fiscalização são necessários mas insuficientes para um permanente e eficaz combate ao trabalho infantil. É imprescindível garantir a participação efetiva e integrada de todos os segmentos sociais.

O Brasil também já ratificou duas normas internacionais da OIT que tratam desta matéria: A Convenção 138 sobre a idade mínima para admissão ao emprego e a Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil. A ratificação dessas Convenções representa a consolidação de um comprometimento nacional com a efetiva erradicação do trabalho infantil.

Essas Convenções da OIT, como todas as demais, são tratados internacionais. Ao serem ratificadas por um Estado membro, implicam a adaptação de leis e práticas nacionais sujeitas a um processo de acompanhamento determinado por procedimentos estabelecidos pela Constituição da OIT. No entanto, a OIT não tem poderes sancionários no âmbito nacional. Para que as normas internacionais e as leis e compromissos nacionais tenham maior eficácia, é necessário que se incorporem na consciência e comportamento de todos os brasileiros.

A prática do trabalho infantil é um fenômeno antigo, que se encontra arraigado com uma série de valores culturais bastante rígidos. Sendo assim, somente a continuidade de um movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente, por meio de uma ação nacional integrada, capaz de mobilizar toda a sociedade no combate ao trabalho precoce, será capaz de proteger a população infanto-juvenil contra qualquer tipo de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.

É fato que as raízes da exploração do trabalho, em suas variadas formas, remontam ao surgimento das sociedades de classe e do Estado. No Brasil, as origens da exploração do trabalho infantil se encontram desde a colonização portuguesa e da implantação do trabalho escravo. Questões profundas, como a construção social e cultural do trabalho infantil como algo positivo e educativo. Para as elites sociais o trabalho infantil é considerado como algo "preventivo", que retiraria as crianças da marginalidade. Para a imensa maioria da população pobre o trabalho infantil, na grande maioria dos casos, torna-se uma necessidade de sobrevivência da família.

Em seus estudos sobre a população trabalhadora excedente (desempregada), Marx diz que a força de trabalho supérflua assume três formas: flutuante, latente e estagnada. Essa superpopulação relativa, indispensável ao modo de produção capitalista, cumpre tarefa fundamental: pressionar o valor da força de trabalho para níveis aceitáveis pelo capital e, ao mesmo tempo, ser um fator de

reprodução do capital. Em sua forma fluante, o conjunto da força de trabalho empregado nas grandes indústrias é substituído constantemente. Em sua forma latente, a população de outros setores econômicos está sempre apta a substituir a força de trabalho por valores abaixo dos existentes. E, finalmente, na forma estagnada, temos ocupação irregular, condição de vida abaixo do nível médio da classe trabalhadora, "os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. são, notadamente, os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho".

Nesse sentido, é preciso conhecer e compreender como uma parcela dessa superpopulação relativa, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, exercendo trabalhos precários estão inseridas nesse contexto; como as políticas sociais e as legislações tratam essa população; que políticas públicas são aplicadas; que práticas educativas são desenvolvidas, e finalmente como o movimento sindical pode atuar numa situação particular que expressa um movimento e uma realidade universal. Em momentos de crescimento econômico e de força política e social da classe trabalhadora é possível arrancar conquistas, exigir melhores condições de vida. Já nos momentos de crise o desemprego exerce uma violenta pressão sobre os trabalhadores, colocando parte desse contingente em situação de vulnerabilidade e risco social, em situações de degradação humana na busca de sua sobrevivência, como por exemplo, o trabalho infantil.

Verifica-se, também na esfera das políticas públicas concernentes à erradicação do trabalho infantil, o referido descompasso. Havia toda uma perspectiva de garantia de direitos. A Constituição de 1988, no artigo 227, que é baseado na Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959), estabelece nova diretriz para o atendimento à infância e adolescência, institui a "Doutrina de Proteção Integral", substituindo a "Doutrina da Situação Irregular" do Código de Menores, e coloca esse segmento na posição de absoluta prioridade: Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A exploração do trabalho de crianças e adolescentes é uma prática que precisa ser coibida. No entanto, os números globais apresentados nas estatísticas disponíveis cobrem situações muito distintas, que vão das formas mais abjetas de exploração à participação limitada ou ocasional de crianças e adolescentes em atividades da família que não são necessariamente prejudiciais; elas cobrem tanto situações em que o trabalho impede que a criança ou adolescente estudem, quanto situações em que ele proporciona uma ocupação para os que, por várias razões, abandonaram a escola, o que pode ser uma situação melhor do que a desocupação pura e simples, sobretudo para os adolescentes.

O Brasil é um dos países que apresenta altos índices de trabalho infantil. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a população brasileira do grupo de idade de 5 a 17 anos era, em 1998<sup>1</sup>, de 43 milhões de habitantes. Deste total, 7,7 milhões trabalhavam, o que torna o Brasil um dos campeões do trabalho infantil na América Latina. Apenas Haiti e Guatemala tinham mais crianças inseridas no mercado de trabalho. No entanto, destaca-se um aspecto positivo: em comparação com o ano 1992, onde 9,7 milhões das crianças e adolescentes trabalhavam, o número se reduziu 20% em termos absolutos.

Dentro deste processo as crianças de mais idade têm maior participação no mercado de trabalho. Quase meio milhão de crianças trabalhadoras eram menores de 9 anos, mas a grande parte (42 %) das crianças e adolescentes que trabalhavam tinha entre 16 e 17 anos de idade. Para o grupo de idade de 17 anos, este universo representa 1,7 milhão de crianças, o que significa que a metade da população do país nessa idade trabalhava.

A situação jurídica só é tema de um capítulo posterior. Mas anotar: a distinção entre o grupo de idade de 16 e 17 anos e os menores desta faixa é importante porque a Constituição Federal proíbe em geral o trabalho para as pessoas que são menores de 16 anos, enquanto que para os demais a proibição é limitada para algumas formas de trabalho.

Os dados estatísticos indicam que os meninos trabalham em maior proporção que as meninas. O número de crianças e adolescentes trabalhadores se divide em quase 5 milhões de meninos e 2,7 milhões de meninas. Ou seja, quase dois terço das crianças e adolescentes que trabalham são do sexo masculino.

Existem duas explicações principais. Primeiro: maior dificuldade de incorporação da mão-de-obra feminina em setores não formais. Segundo: a maior utilização dela em atividades domésticas, muitas vezes não incorporadas às estatísticas oficiais. Nesta atividade trabalham quase vinte vezes mais meninas do que meninos. As meninas que trabalham como empregadas domésticas são prejudicadas em vários sentidos. Além do preconceito, elas sofrem com o grande esforço físico e com frequentes abusos físicos e sexuais.

As estatísticas sobre as regiões urbana e rural demonstram, primeiramente, uma concentração do trabalho infantil nas áreas urbanas, da ordem de 57%. Mas isso não significa que as crianças e os adolescentes nas cidades tenham uma maior necessidade de trabalhar. Observando-se a relação entre as crianças e adolescentes trabalhadores com a quantidade da população infantil nessas duas regiões, a análise torna-se mais clara: enquanto no campo uma de cada três crianças trabalha, na cidade apenas 13% das mesmas fazem o mesmo.

O trabalho infantil na região urbana se encontra principalmente no setor informal, representando 40 % dessas atividades, sendo que 16% do trabalho doméstico não é remunerado. Nas cidades, 77% das crianças entre 10 e 17 anos recebem remuneração. Já no meio rural, dois terços das crianças e adolescentes não recebem salário. Esse índice inclui as crianças que trabalham com suas famílias. Quanto mais jovens são as crianças e adolescentes no campo, maior o volume proporcional de trabalho sem remuneração. O índice de crianças de 10 anos não remunerado é mais do que o dobro (88%) do que o dos adolescentes de 17 anos (40%).

A diferenciação regional mostra que a obrigação de trabalhar é maior para as crianças do nordeste. Quase um quarto, ou 3,3 milhões de crianças nordestinas trabalham. Em termos absolutos o sudeste ocupa o segundo lugar, com 2,2 milhões trabalhadores infantis, apesar de, proporcionalmente, esta ser a região com menos trabalhadores infantis, com 13% das crianças e adolescentes inseridos no mercado de trabalho. A renda média mensal das crianças no nordeste é de R\$ 77,00, enquanto os trabalhadores infantis no sudeste ganham mais que o dobro, R\$ 157,00.

As crianças que trabalham para o tráfico de drogas representam um caso especial, pois recebem altos salários. Os "fogueteiros", que soltam fogos de artifício para avisar que a polícia chegou, recebem em torno de R\$ 50,00 por semana; os

“soldados”, que fazem a segurança dos pontos-de-venda, e os “aviões”, que vendem cocaína e maconha, chegam a receber semanalmente R\$ 200,00.

A jornada das crianças trabalhadoras de 5 a 9 anos é menor do que a das crianças mais velhas. Enquanto as crianças mais jovens têm uma jornada média de 12 horas semanais, as crianças de 10 a 13 anos trabalham 22 horas semanais e os adolescentes no grupo de 16 a 17 anos têm uma média de até 37 horas semanais. Nas cidades, a jornada média das crianças e adolescentes é de 27 horas por semana. Na área rural a jornada é de 34 horas semanais.

Existem diversos motivos para as crianças e adolescentes se incorporarem ao mercado de trabalho. A pobreza é o principal. Outra causa importante é a demanda do mercado de trabalho por mão-de-obra barata. Além do fato das crianças trabalharem por menos dinheiro, elas são mais facilmente disciplinadas e não estão organizadas em sindicatos.

Uma outra causa é a tradição socioeconômica existente no Brasil. Mas é preciso diferenciar o trabalho infantil tradicional, como o dos descendentes dos imigrantes europeus, e os trabalhos infantis insalubres, perigosos ou penosos em carvoarias, plantações de cana-de-açúcar, de laranja ou pedreiras. A inserção no trabalho nas famílias de imigrantes italianos, alemães e poloneses do sul do país representa uma maneira de ensinar um ofício e ajudar na renda dos pais. Embora comecem o trabalho muito cedo, essas crianças não deixam de freqüentar a escola. Uma situação bem diferente é a das crianças que trabalham pesado, sem nunca freqüentar a escola.

De acordo com a História a educação passou por várias fases, no que se refere obter mais qualidade a sua prática pedagógica. Levando em consideração que o ser humano está sempre em um processo de aprendizagem desde o seu nascimento e que este é qualificado como informal e insuficiente para que o indivíduo conviva com sucesso numa sociedade, saindo deste ponto, faz-se necessário que o mesmo seja inserido em uma instituição chamada de escola onde deverá receber determinados legados culturais, conhecimentos técnicos e sistemáticos e ensinamentos voltados para o convívio em sociedade este foi o objetivo que a escola foi criada.

E a família deste indivíduo ficou responsável apenas pela formação moral de seus filhos. Nos dias atuais a escola está ocupando grande parte na vida dos alunos, muitas vezes chegando a substituir a família na orientação para a vida como

um todo, mas durante o decorrer dos anos surgiram vários problemas sociais, e um dos principais foi às desigualdades sociais que levaram a grandes diferenças dentro do universo que estamos inseridos.

Entre estes problemas podemos destacar a pobreza como sendo de fundamental importância para uma educação de qualidade, almejada por toda a sociedade.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) compreende a educação escolar: "uma prática que tem possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e das participações em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais ampla, condições fundamentais para o desenvolvimento da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente".

A evasão escolar está inteiramente relacionada ao trabalho infantil, sendo assim um dos principais causador deste problema, contribuindo para o crescimento do fracasso escolar, que tem no aluno o seu principal alvo. Muitas crianças deixam de frequentar a escola não por sua própria vontade, mas por questão de sobrevivência.

Segundo Guimarães (2008, p.88): nos seus estudos aponta que o trabalho infantil é o vilão número um da evasão. Um pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), 20% dos alunos em idade escolar param de estudar por exercer uma atividade remunerada.

Na pesquisa demonstrada pelo autor fica evidente a relação que trabalho infantil tem com a evasão escolar. Muitas políticas públicas foram aplicadas para tentar resolver as questões que levam ao fracasso escolar como: o Projeto Bolsa-Escola que foi criado em 1995 pelo político Cristovam Buarque<sup>1</sup> quando era governado do Distrito Federal, somente em 2001 que Bolsa-Escola foi expandido em caráter nacional. Em 2003 o Bolsa-Escola foi unificado ao programa Bolsa-Família, que é um programa de transferência de renda para a família manter seus filhos matriculados na escola.

Alguns programas acabam fracassando, pois o salário que o governo dar a essas famílias é inferior ao que eles realmente precisavam para sobreviver, isso faz

---

<sup>1</sup>Buarque Engenheiro mecânico, Economista, Educador, Professor Universitário e político brasileiro, membro do PDT.

com que os alunos acabam novamente evadindo da escola para voltarem a trabalhar. É preciso que o governo propicie um crescimento sustentável local para que os adultos tenham um emprego e não submetem a forças de trabalho das crianças, deixando-as somente com a responsabilidade de estudar.

Quando crianças tentam associar o trabalho com a escola acabam fazendo com que a educação perca o real valor que a mesma tem, pois precisamos dispor de tempo, porque para estudar e termos um bom desempenho nas atividades escolares devemos ter estímulos e concentração aos estudos. É inútil tentar associar essas atividades, com o passar das aulas perceberemos que haverá um baixo desempenho e desestímulos aos estudos.

As altas taxas de repetência e a evasão escolar revelam que as crianças que conseguem entrar na escola, nela não conseguem iniciar a 1ª série; menos da metade chega à 2ª série, menos de um terço atinge a 4ª série, e menos de um quinto concluem o Ensino Fundamental. (Magda Soares<sup>2</sup> ano. 1991).

Através da análise da autora notamos que muitas das crianças que entram na escola não conseguem terminar nem a 4ª série do ensino fundamental, pois abandonam a escola para poderem trabalhar para ajudar na renda familiar.

Outro fator importante é a história, ou seja, a cultura que ainda reside no Brasil, aquela na qual não se dá muito valor a educação, não há interesse principalmente na família, esse também é um fator que atrapalha as crianças chegarem à escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1997, p.02), é bastante clara a esse respeito quando relata que:

*Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Portanto não há o compromisso da família em dá um ensino aos seus filhos, ou menos o básico, e leva todo o dever de dá essa educação ao Estado. Por exemplo, o projeto Bolsa-escola tem o objetivo de colocar fim ao trabalho infantil e fazer com que crianças e adolescentes passem a freqüentar a escola. Mas observa-se que os dinheiros que são fornecidos nesses projetos de assistência a essas famílias acabam tendo um destino diferente do que realmente deveria ser. As

---

<sup>2</sup> Doutora em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

peças responsáveis em receber essa ajuda do governo compram objetos que são pagos a prestações e não deixam nada desse dinheiro para o que realmente eles deveriam gastar. Exemplos como: compras de geladeiras, televisões, aparelhos de som e até mesmo consócio de motocicletas são os destinos mais possíveis de dinheiro.

Diante dessa situação esses projetos de assistência do governo acabam falhando, fazendo com que a criança volte novamente a trabalhar e abandonar a escola. Essa é mais uma das situações em que está envolvido o trabalho infantil e a evasão escolar.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (art. 7º, XXXIII)[9] admite o trabalho, em geral, a partir dos 16 anos, exceto nos casos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos quais a idade mínima se dá aos 18 anos. A Constituição admite, também, o trabalho a partir dos 14 anos (art. 227, § 3º, I), mas somente na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII).

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em acréscimo, garante ao trabalhador adolescente entre 14 e 18 anos uma série de proteções especiais, detalhadas em seu Capítulo IV (artigos 402 a 441). Entre elas, a proibição do trabalho em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, e em horários e locais que não permitam a frequência à escola (art. 403, § único).

No Brasil, o trabalho infantil em geral não é enquadrado como crime. Entretanto, algumas das formas mais nocivas de trabalho infantil são tipificadas como crime. Entre estas, estão: Trabalho infantil escravo - Reduzir o trabalhador à condição análoga à de escravo, por meio de trabalhos forçados, jornada exaustiva ou condições degradantes de trabalho (artigo 149 do Código Penal), com a agravante de se tratar de criança ou adolescente (§ 2º, item I). A agravante foi introduzida pela lei 10.803, de 11 de Dezembro de 2003 e aumenta a pena em uma metade; Maus-tratos (artigo 136 do Código Penal), [14] crime aplicável a menores – Expor a perigo a vida ou a saúde de criança ou adolescente, sob sua autoridade, guarda ou vigilância, sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado. Se a pessoa for menor de 14 anos, há ainda a agravante do § 3º, introduzida pelo ECA (lei 8.069/90), que aumenta a pena em mais um terço; Exploração da prostituição de menores – A exploração da prostituição infantil, considerada pela OIT como uma das piores formas de trabalho infantil, é crime previsto no artigo 244-A [16] do Estatuto

da Criança e do Adolescente. Pornografia de menores - Crime previsto nos artigos 240 e 241 do ECA. Venda ou tráfico de menores - Constitui crime previsto no artigo 239 do ECA.

O Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), foi implantado em 1996, seu objetivo é retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola, fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais e esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, na jornada ampliada, proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas promover e implementar programas e projetos de geração de trabalho e renda para famílias. O programa contempla crianças de 7 a 15 anos, cuja renda per-capita da família não ultrapasse meio salário mínimo. Essas crianças recebem a bolsa criança-cidadã (R\$ 25 nas zonas rurais e R\$ 40 nos centros urbanos), são obrigadas a freqüentar as aulas e passam o resto do dia num centro do Peti, onde monitores desenvolvem atividades culturais, esportivas e de lazer.

A administração do Peti é descentralizada e os interessados podem obter mais informações sobre o programa junto à Prefeitura e à Secretaria da Educação de seu município. No final de 2001, o Peti atendia 749.353 meninos e meninas. Além do Peti, várias organizações não-governamentais têm programas para crianças envolvidas no trabalho precoce.

## CAPÍTULO II

### 2. A EVASÃO ESCOLAR E O TRABALHO INFANTIL FUNDAMENTADO PELOS FATORES EXTERNOS E INTERNOS

#### 2.1. FATORES EXTERNOS

No que diz respeito aos fatores externos, são apontadas as necessidades de o aluno trabalhar, ou seja, uma necessidade de ajudar na renda da família, com isso atrapalha as condições básicas para a aprendizagem pela criança, incluindo-se a desnutrição e as desvantagens culturais, e as condições da família destacando-se o nível de escolaridade dos pais e o não acompanhamento dos filhos em suas atividades escolares.

Os teóricos que merecem destaque na abordagem que procura explicar o fracasso escolar a partir de fatores externos, podemos destacar os trabalhos realizados por Meksenas (1998), Arroyo (1991), (In Brandão, 1983), e outros.

De acordo com os estudos de Brandão et al. (1983) foram apresentados resultados de uma pesquisa realizado pelo Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica da América Latina (ECIEL), o qual foi baseado em uma amostra de cinco países latino-americanos, e chegou a conclusão que, o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, sendo que, quanto mais elevado o nível da escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento.

Portanto, a família foi considerada como um dos fatores principais que contribuem com o problema do fracasso escolar da criança, seja pelas suas condições de vida, seja por não acompanhar o aluno em suas atividades escolares.

Segundo Arroyo (1991, p. 21), essas desigualdades sociais são frutos das “diferenças de classe”, e são elas que assinalam o fracasso escolar nas camadas populares, porque:

*“É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais”.*

Estudos relatam que os alunos de nível sócio-econômico mais baixo têm um menor índice de rendimento na escola, de acordo com alguns autores, são mais propensos à evasão. Fruto deste problema, uma alimentação inadequada, ou seja, a desnutrição, é indicada como um dos fatores responsáveis pelo fracasso de boa parte dos alunos e que segundo Silva (1978), a desnutrição progressiva, mesmo moderada, é uma das principais causas da alteração no desenvolvimento mental, e mau desempenho escolar. As crianças desnutridas se tomam apáticas, solicitam menos atenção daqueles que as cercam e, conseqüentemente, por não serem estimuladas, têm seu desenvolvimento prejudicado.

Estudo realizado por Meksenas (1998, p. 98) a propósito da evasão escolar dos alunos dos cursos noturnos, aponta por sua vez que a evasão escolar destes alunos se dá em conseqüência de estes serem *"obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário"*.

De acordo com o autor, essa realidade dos alunos das classes populares difere da realidade dos alunos da camada dominante porque, enquanto os filhos da camada dominante têm o tempo para estudar e dedicar-se a outras atividades como dança, músicas, línguas estrangeiras, e outras, os filhos da classe dominada mal têm acesso aos cursos noturnos, por não terem a condição mínima de freqüentar cursos complementares e de aperfeiçoamento.

Nesta visão da literatura educacional brasileira, a criança pode ser considerada culpada por seu próprio fracasso escolar, seja pela pobreza, seja pela má-alimentação, pela falta de esforço, ou pelo desinteresse.

Conforme defende Soares (1992. p. 10-3) que essa culpabilidade da criança, pode ser observada naquelas teorias que explicam a *ideologia do dom* e a *ideologia da deficiência cultural*. Segundo a autora, estas ideologias, na verdade, tiram da escola a responsabilidade pelo fracasso escolar do aluno, de um lado por apresentar ausência de condições básicas para a aprendizagem, e de outro, em virtude de sua condição de vida, ou seja, por pertencer a uma classe socialmente desfavorecida, e, portanto, por *ser portador de desvantagens culturais ou de déficits sócio-culturais*.

## 2.2. FATORES INTERNOS

Já no que diz respeito aos fatores internos é observado, a não valorização pela escola do universo cultural da criança através do uso de uma linguagem diferenciada, as precárias condições de trabalho e os elementos afetivos na relação professor-aluno.

Autores como Bourdieu, Cunha, Fukui e outros indicam a escola como o maior responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos das públicas levando em considerações explicações que variam desde o seu caráter reprodutor de conhecimentos até o papel e a prática pedagógica do professor.

Em desacordo com os estudiosos que indicam a criança e a família como responsáveis pelo fracasso escolar, Lia Fukui ressalta a responsabilidade da escola afirmando que: o fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade.

Na visão Cunha (1997, p. 29), a responsabilização da criança pelo seu fracasso na escola tem como fundamento o pensamento educacional da doutrina liberal a qual fornece argumentos que *legitimam e sancionam* essa sociedade de classe, e também tenta fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável "*pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social*".

Estudos mostram que o fato de ser a escola das classes trabalhadores que vem fracassando, Bourdieu defende, que isso se dá em virtude de que a escola atual que temos serve somente de instrumento de dominação, reprodução e manutenção dos interesses da classe burguesa.

De acordo com o pensamento que defende Bourdieu (1998), a escola não leva em consideração o capital cultural de cada aluno, e que os professores partem da hipótese de que existe, entre o ensinante e o ensinado, uma comunidade lingüística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros.

Na parte interna da escola, o professor é apontado como produtor do fracasso escolar. Alguns estudiosos apontam a responsabilidade do professor pelo

fracasso escolar do aluno se deve às expectativas negativas que este tem em relação aos seus alunos considerados como "deficientes", os quais, muitas vezes, apresentam comportamentos de acordo com o que o professor espera deles. Estes teóricos mostraram através de seus estudos, que as expectativas, em geral, podem influenciar os fatos da vida cotidiana, e que geralmente, as pessoas parecem ter a tendência a se comportar de acordo com o que se espera delas. Assim, a expectativa que uma pessoa tem sobre o comportamento de outra, acaba por se converter em realidade. Gatti defende que: "o fenômeno da profecia auto-realizadora é mais provável de ocorrer numa escola que abrange crianças de níveis econômicos díspares, o que enseja comparações e preferência dos professores favoráveis às crianças que lhes são mais próximas em termos culturais".

Como se pode observar, a literatura existente que estuda sobre o fracasso escolar aponta que, se por um lado, há aspectos externos à escola que interferem na vida escolar, há por outro, aspectos internos da escola que também interferem no processo sócio-educacional da criança, e quer direta ou indiretamente, acabam excluindo a criança da escola, seja pela evasão, seja pela repetência.

Em resumo, debater o problema do fracasso escolar é muito mais do que apontar um ou outro responsável. Como destaca Charlot (2000, p. 14), a problemática remete para muitos debates que tratam: sobre o aprendizado, obviamente, mas também sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das "chances", sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a "crise", sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania.

Charlot (2000) defende que, não existe o fracasso escolar, ou seja, não existe o objeto fracasso escolar, mas sim, alunos em situações de fracasso, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam, que não constroem certos conhecimentos ou competências, que naufragam e reagem com condutas de retração, desordem e agressão, enfim histórias escolares não bem sucedidas, e são essas situações e essas histórias denominadas pelos educadores e pela mídia de fracasso escolar é que devem ser estudadas, analisadas, e *não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado "fracasso escolar"*.

## CAPITULO III

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Sabemos que a em alguns casos da evasão escolar esta diretamente relacionada ao trabalho infantil, dessa forma a escola deverá propor sugestões que possam evitar ou até mesmo levar de volta os alunos que evadiram da escola, não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas alguns fatores dessa evasão devem ser levados em conta como, por exemplo: podemos dizer que essa advém de dois diferentes fatores; a partir dos fatores externos e de fatores internos. Devido a isto, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas, que nela não permanecem.

A pesquisa de campo teve a aplicação de dois questionários fechado um voltado para os alunos evadidos e o outro para o gestor da escola que aconteceu a pesquisa, sendo uma escola de Ensino Infantil e Fundamental da Rede pública de Ensino da cidade de Parnaíba-PI. Um dos principais obstáculos para a realização desta pesquisa foi à falta de compreensão por partes dos entrevistados, a colaborar com a análise, teve casos que tivemos que voltar várias vezes para aplicar o questionamento, mas com muita força de vontade conseguimos obter informações valiosas, alguns ex-alunos da escola onde foi realizada a investigação, só foi possível aplicar o questionamento na rua onde ficavam praticamente o dia inteiro, foram entrevistados dez ex-alunos e as Diretoras das escolas onde foi elaborado a pesquisa de campo.

O questionamento que era direcionado para os alunos que se evadiram, foi o mais complicado de ser aplicado, pois foi muito difícil encontrá-los em suas residências, mas foi o mais recheado de informações. Segundo o questionário e as entrevistas constatou-se que a maioria dos alunos evadidos era do sexo masculino esses ex-alunos acabavam lançando-se na informalidade e uma pequena parte era do sexo feminino como mostra o gráfico a seguir:

### 3.1. OS GRÁFICOS DA PESQUISA DE CAMPO

#### 3.1.1. QUESTIONÁRIO I: QUESTIONAMENTOS AOS ALUNOS EVADIDOS

##### GRÁFICO 1:

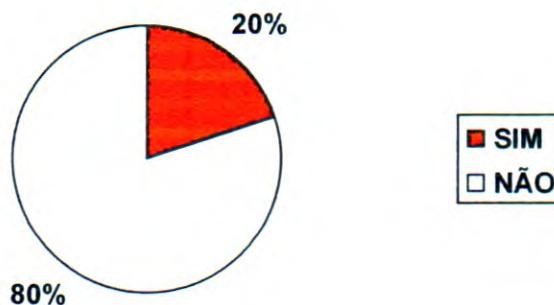
Informe seu sexo



O seguinte gráfico informa que os evadidos são de 70% do sexo masculino e 30% são do sexo feminino. Sendo que a incidência é maior nos casos do sexo masculino. Foi observado também na pesquisa que a maioria das meninas, tiveram que abandonar a escola pelo fato de uma gravidez indesejada. De acordo com a pesquisa, esses alunos que decidiram deixar os estudos eram de famílias de baixa renda, e também de pais separados.

##### GRÁFICO 2:

Você recebe algum apoio nos estudos por parte de sua família?

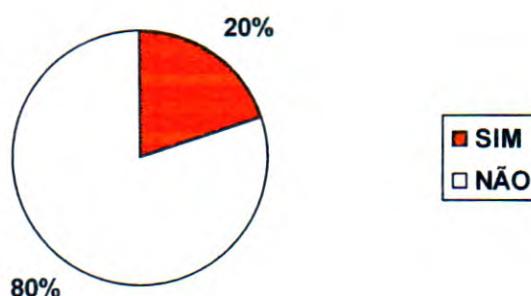


De acordo com o gráfico 20% recebiam apoio nos estudos dos pais e 80% não recebiam nenhum tipo de apoio por parte de suas famílias. A maioria dos

entrevistados vem de famílias desestruturadas e os pais dos mesmos, ainda têm o pensamento que a escola não muda a vida de ninguém, que a criança tem é que trabalhar desde cedo, para ser homem.

#### GRÁFICO 5:

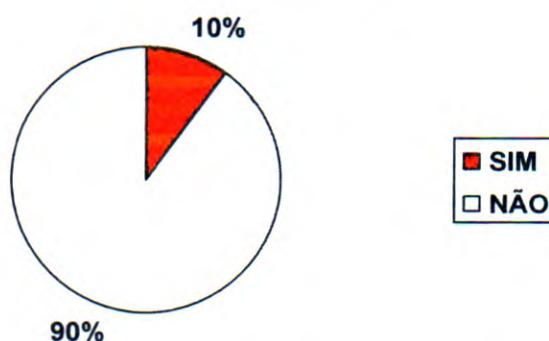
Você freqüentava regularmente a escola em que estudava?



Segundo o gráfico 20% freqüentavam regularmente a escola e 80% não freqüentavam regularmente. Sendo que a grande maioria relatou que não encontravam nenhuma motivação por parte da escola e dos seus professores, alguns responderam que só freqüentavam a mesma somente por causa da merenda. Foi observado que a grande maioria dos docentes ainda trabalhavam com métodos arcaicos, dificultando assim o interesse dos alunos evadidos pelas aulas.

#### GRÁFICO 6:

Você já sofreu algum tipo de preconceito na escola?

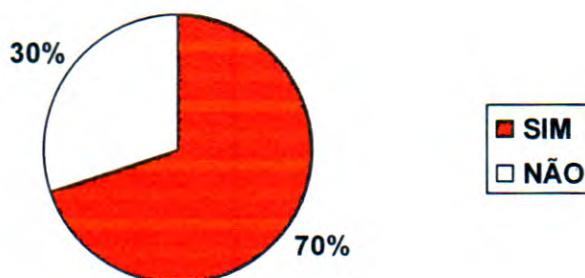


Segundo o gráfico 10% responderam que já sofreram algum tipo de preconceito e 90% responderam que não sofreram nenhum tipo de preconceito na escola. Por

viverem em uma comunidade humilde e com isso quase não existe desigualdade entre eles, isso foi um dos fatores determinantes para que o preconceito fosse quase nulo.

#### GRAFICO 8:

Seus pais são desempregados?

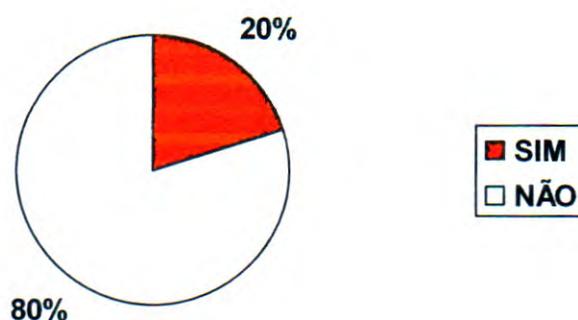


Segundo o gráfico 70% dos seus pais são desempregados e apenas 30% trabalham com carteira assinada. Em relação ao desemprego dos pais, ficou constatado que os filhos têm que deixar de estudar para trabalharem na informalidade, com o intuito de ajudar nos gastos da família, isso contribuiu muito para que estas crianças abandonassem a escola.

Sendo que alguns desses pais não acreditavam na escola como lugar de mudança de vida que era somente um lugar que seus filhos iam perder tempo e os filhos tinham que trabalhar para poder viver ou simplesmente sobreviver.

#### GRAFICO 9:

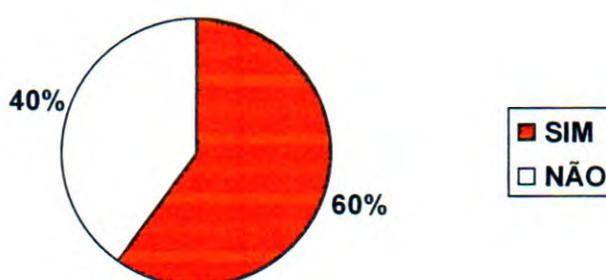
Devido à ausência de merenda na escola levou você a desistir dos estudos?



De acordo com o gráfico 20% dos alunos responderam que a falta da merenda na escola contribui para a sua saída e apenas 80% disseram que não foi à merenda a principal causa para sua saída. Na pesquisa foi observado que a escola que eles estudavam, tinha merenda todos os dias e um cardápio bem variado durante toda a semana.

#### GRÁFICO 10:

Você trabalha?



Segundo o gráfico 60% responderam que trabalham e apenas 40% disseram que não trabalham no momento. A maior parte dos entrevistados trabalham no mercado informal, foi observado que alguns querem voltar a estudar, mas como tem que trabalhar quase o dia todo fica muito complicado encontrar tempo para dedicar-se aos estudos.

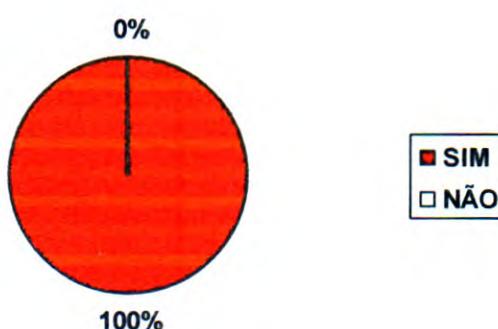
Um fator importante encontrado na pesquisa foi à alimentação adequada que eles não tinham em casa, por este motivo vários ex-aluno só iam para a escola por causa da merenda e depois começaram a ir para a rua pedir dinheiro e perceberam que ao irem para a rua ganhavam mais dinheiro, e foi a partir deste ponto que começaram a deixar de freqüentar a escola, passando a maior parte na rua e logo conseguiram algum tipo de trabalho. Outro ponto importante da pesquisa realizada com os alunos evadidos que quase todos trabalham realmente e ajudam a família nas despesas de casa e esses pretendem voltar a estudar no período da noite.

Já o questionamento que foi destinado a Direção da escola foi mais tranqüilo, pois fomos atendidos educadamente pela a diretora que respondeu todos os meus questionamentos a respeito da escola, a direção visa sempre trabalhar com uma gestão democrática com a participação de todos, mas existem vários problemas que dificultam esta gestão democrática, pois existe o desinteresse por parte dos funcionários para se reunirem e discutir os problemas que acontece dentro da escola e tentar resolvê-los em conjunto.

### 3.1.2. QUESTIONÁRIO II: QUESTIONAMENTO À DIREÇÃO DA ESCOLA

#### GRÁFICO 1:

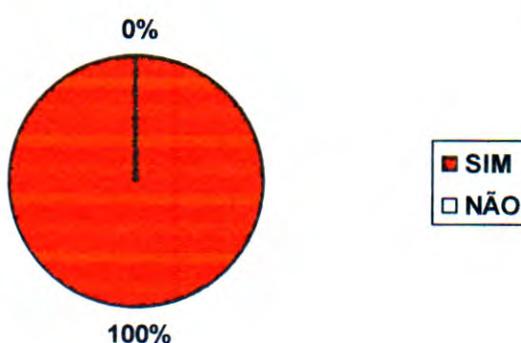
Você trabalha com uma gestão democrática?



De acordo com o gráfico a todos os entrevistados procuram trabalhar com uma gestão democrática. Foi constatado na pesquisa que realmente a escola visa à integração de todos no planejamento dos conteúdos a serem trabalhados durante o ano letivo.

#### GRÁFICO 2:

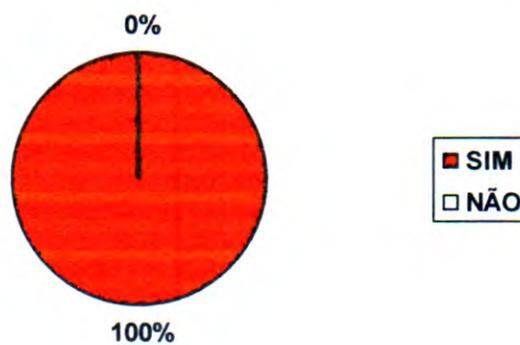
Existem dificuldades na sua administração?



O seguinte gráfico mostra que todos os entrevistados encontram dificuldades na administração da escola. Foi observado durante a pesquisa que falta uma melhoria na estrutura das escolas e também faltam recursos didáticos para que haja uma educação de mais qualidade. A escola tem um prédio apropriado para o ensino, mas há carências na sua estrutura para poder melhorar o ensino dos seus alunos.

### GRÁFICO 3:

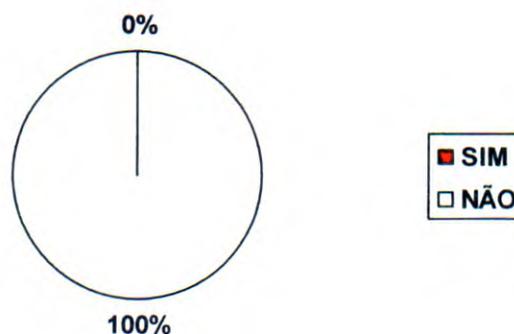
As funções e atribuições de cada funcionário da escola são bem definidas?



Segundo o gráfico, todos responderam que cada funcionário da escola conhece suas funções e atribuições. Foi observado que as zeladoras, vigias e supervisoras não conhecem a verdadeira função que deveriam exercer na escola que trabalham.

### GRÁFICO 4:

Existe algum acompanhamento em relação aos trabalhos dos professores em sala de aula?



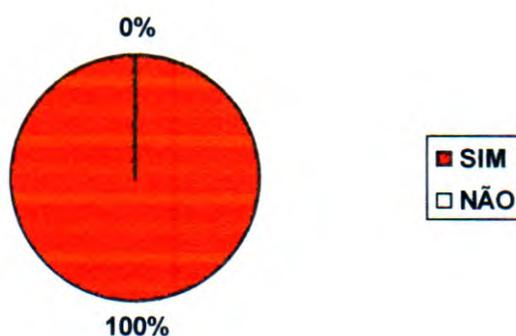
Verificamos que todos os entrevistados responderam que não existe nenhum acompanhamento dos trabalhos que os professores realizam em sala de aula.

Observou-se também que cada professor planeja as suas aulas não havendo uma fiscalização por parte da direção.

O questionamento nos mostrou que a grande maioria dos professores da escola não tem nível superior somente são formados no antigo Curso Normal, somente alguns professores tem Curso Superior ou estão ainda terminando a Graduação, os docentes desta escola trabalham com métodos arcaicos levando com isso ao desinteresse do aluno pelas aulas, facilitando sua evasão.

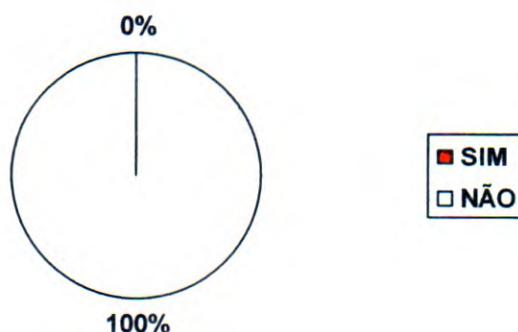
#### GRAFICO 6:

O corpo docente se integra visando alcançar os objetivos traçados pela Direção?



O gráfico mostra que todos responderam que há a integração dos professores a alcançar os objetivos traçados pela a Direção. Foi observado na pesquisa que a direção dar aos professores os objetivos a serem alcançados e fica a critério de cada professor elaborar os seus planejamentos a serem trabalhados em sala de aula.

#### GRÁFICO 7:



Segundo o gráfico, todos responderam que não existe na escola nenhum trabalho que vise o relacionamento com os alunos no cotidiano da escola. Na escola onde aconteceu a pesquisa foi constatado que nem a direção, nem tão pouco os professores, se preocupam a integrar os alunos nos acontecimentos do dia-a-dia da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar é um dos obstáculos no processo de ensino aprendizagem. Muitas crianças abandonam a sala de aula se entregando a própria sorte e deixando de adquirir conhecimento, que é de grande relevância na formação de um indivíduo.

Diante disso o trabalho teve como resultados possíveis a esta problemática: o desemprego dos pais que contribui para que a criança vá procurar no trabalho muito das vezes desumano, a ajuda necessária para o sustento da família; o fator econômico que aumenta o nível de pobreza da população e as concepções culturais tradicionais que só alimenta este paralelo presente na educação brasileira.

O resultado da pesquisa levou a confirmação das hipóteses onde se observou que diante das mesmas a escola precisa resgatar seus valores e depositar na figura do professor a confiança que se encontra questionada. E é nestas proposições que se acentua a falha na educação onde o caráter pedagógico orbita na atmosfera das incertezas proporcionando um ambiente inseguro e sem a executar o papel fundamental da escola que é educar.

Acreditamos que num futuro próximo esta problemática tenha sido erradicada e que a escola e a família consigam exercer seu trabalho tanto no campo afetivo, social e educacional. Nesta ótica este trabalho objetiva alcançar a comunidade acadêmica, como também os docentes do ensino fundamental visto que é nesta modalidade de ensino que se verifica com maior intensidade a evasão escolar.

Sendo assim terminamos esta abordagem na certeza que o primeiro passo foi dado e que esta iniciativa fomente novas pesquisas e novas discussões tanto em caráter social como no educacional, haja vista que a evasão escolar e o trabalho infantil são responsabilidades da escola, família, sociedade e do governo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIPOLA, Ari. *O Trabalho infantil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários da Lei de diretrizes e Bases da educação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei No. 8.069 de 13/07/90.

MEKSENAS, Paulo. *Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel e NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 3 ed. SP. Cortez, 1991.

BRANDAO, Zaia. *Evasão e Repetência no Brasil: A escola em questão*. Rio de Janeiro, Achimé, 1983.

SILVA, Arlete Vieira da. *O processo de exclusão escolar numa visão heterotópica*. In: *Revista Perspectiva*. v. 25, nº 86, Erechim, junho 2000, p. 1-28.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola. Uma perspectiva social*. 15ª ed., São Paulo: Ática, 1997.

Bourdieu, P. (1998a). *Escritos de Educação*. Rio de Janeiro: Vozes.

FUKUI, Lia. *Estudo de caso de segurança nas escolas públicas estaduais de São Paulo* In: *Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Cortez, nov., n.º 79, 1991.

CHARLOT, Bernard. *Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GUIMARÃES, E. R.; *Integração Curricular: diálogo com as comunidades locais*. *Cadernos Temáticos*. 4ª Série, nº 20. Brasília : MEC/SETEC, 2008. ISSN 1809-4694 (p. 46-54)

## APÊNDICE



